



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 10.670

**Presidente da Mesa Diretora:** Martins Lima Filho

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Utilidade Pública

**Autoria:** Cláudio Rodrigues de Jesus

**Data:** 16/04/2024

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 64/2024. Concede título declaratório de Utilidade Pública Municipal à “Associação Rural dos Moradores do Chão de Estrelas”. (Referente à Lei nº 5. 693, de 16/05/2024).

**Controle Interno – Caixa:** 25.17      **Posição:** 25      **Número de folhas:** 06



Nº 46/2024  
14.05.2024

# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 64/2024

Lei Nº 5693, de 16/05/2024

AUTOR:

Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus.

ASSUNTO: Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação Rural dos Moradores do Chão de Estrelas.

## MOVIMENTO

Entrada dia - 16/04/2024

Comissão Legislação e Justiça.

- 1 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 2 - EM 14-05-2024
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

17.04



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS



PROJETO DE LEI Nº 64 /2024

**Concede Título Declaratório De Utilidade  
Pública Associação Rural Dos Moradores  
Do Chão De Estrelas.**

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG, por seus representantes, aprova e o Prefeito Municipal, sanciona a seguinte Lei:

**Art.1º** Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a Entidade Civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **Associação Rural Dos Moradores Do Chão De Estrelas**, inscrita no CNPJ sob nº **27.809.799/0001-18**, com sede na Faz Cabeceiras, S/N, Zona Rural, neste Município de Montes Claros- MG.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Montes Claros (MG), 11 de Abril de 2024.**

  
**Cláudio Rodrigues Jesus**  
VEREADOR

**VEREADOR CLÁUDIO RODRIGUES DE JESUS**



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 16 DE ABRIL DE 2024  
[assinatura]  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Atestamos, em razão de requerimento do interessado, que a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, denominada **“ASSOCIAÇÃO RURAL DOS MORADORES DE CHÃO DE ESTRELAS”** inscrita no CNPJ sob o número 27.809.799/0001-18, funciona regularmente na Faz Cabeceiras, S/N, Zona Rural, na Cidade de Montes Claros-MG, CEP: 39.410-000 desde 24/05/2017, conforme comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitido pela Secretaria da Receita Federal. Seu Estatuto está registrado sob o nº 25.278, Livro A-24; protocolo nº 119.399, Livro -12, em 24 de Maio de 2017, no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, e Ata de Eleição da diretoria registrada sob o nº 30.782, Livro A-26 e protocolo sob nº 142.185, Livro A-14, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em 14 de Julho de 2022.

Por serem verdadeiras as informações acima, assino o presente. O requerente fica ciente que informações falsas importam em responsabilidade criminal, nos termos do Artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

Montes Claros, 25 de Março de 2024

  
*Martins Lima Filho*  
Presidente da Câmara

---

MARTINS LIMA FILHO  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 64/2024 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação Rural dos Moradores do Chão de Estrelas.”, de Autoria do Vereador Cláudio Rodrigues de Jesus.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sobre comento tem por objetivo conceder título declaratório de utilidade pública municipal a Associação Rural dos Moradores do Chão de Estrelas.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 17 de abril de 2.024.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 64/2024**

**AUTOR:** Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

**MATÉRIA:** Concede Título Declaratório de Utilidade Pública à Associação Rural dos Moradores do Chão de Estrelas.

**I – RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 16/04/2024 com entrada na Sala das Comissões no dia 17/04/2024.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo conceder Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Rural dos Moradores do Chão de Estrelas, inscrita no CNPJ 27.809.799/0001-18 com sede na Faz. Cabeceiras, nº s/n, Bairro Zona Rural, neste município de Montes Claros/MG.

Nos termos do art. 2º do Estatuto, a referida associação, tem, entre outros objetivos, desenvolver projetos de assistências de combate à fome e a pobreza, proteção da saúde da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice; promover projetos culturais e esportivos, de melhoria do emprego e da renda, na economia de subsistência, promoção da integração ao mercado de trabalho.

O presente Projeto de Lei foi instruído com cópia de certidões emitidas pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o Estatuto Social da Associação; comprovante de inscrição e situação cadastral da Pessoa Jurídica; Atestado de Funcionamento; certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais e documentos pessoais dos integrantes da diretoria da entidade.

Destaca-se que a Comissão se reuniu com representantes da Associação Rural dos Moradores do Chão de Estrelas no dia 09 de maio de 2024, para conhecer o trabalho desenvolvido pela entidade.

Desta forma, verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e atende os requisitos previstos em lei para concessão do título.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2024.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice\_Presidente: Ver. Igor Gustavo Dias

Suplente/Relator: Ver. Maria Helena de Quadros Lopes